

Soberania em risco

EURIDES B. DA SILVA

Era uma vez um reino distante que gastou muito dinheiro e teve que pagar as suas dívidas. O rei diligentemente procurou saldar os compromissos, para isto lançando mão do seu tesouro e das contribuições dos seus súditos, que passaram fome para atender às exigências. Depois de algum tempo, o rei era prezado pelos credores em virtude do seu cuidado, mas descobriu que o seu reino já não podia ser chamado de reino. O rei havia sacrificado de tal modo as riquezas e alienado de tal maneira a lealdade dos súditos que com, muita dificuldade, se podia reconhecer a unidade e a identidade do seu país.

Esta estória da carochinha em breve aplicará-se ao Brasil. Estamos repetidamente abrindo mão do nosso mercado interno, reduzindo o consumo, gerando a recessão econômica para aumentar o fluxo de riquezas que vai para o exterior, a fim de pagar a dívida. Com isto, apesar de uma imensa população e um invejável território, estamos jogando fora um dos grandes patrimônios nacionais, que é a capacidade de compra da população. É esta que pode gerar atividades auto-sustentadas, em vez de tornar o País cada vez mais dependente do exterior. Ao invés de colocarmos no mercado certo número de produtos populares em grande quantidade e acessíveis aos cidadãos pobres, detemo-nos na produção mais sofisticada, colocando até esta em perigo, com a redução do poder aquisitivo da população em geral. A continuar esta tendência, os empresários e o governo poderão chegar à tardia conclusão de que foi morta a galinha dos ovos de ouro. E, em troca, só terão pela frente a revolta social.

Estas reflexões vêm a propósito do congelamento dos salários do funcionalismo público e da pregação de que os salários devem ser livremente ajustados entre patrões e empregados. Repetindo o quadro recessivo de 1983/84, vamos aumentar o quadro de pobreza e a distância que medeia, em termos de condições sociais, entre o Brasil e outros países situados na mesma faixa de desenvolvimento. Em diversas circunstâncias, países capitalistas e socialistas valeram-se do mercado interno para promover a sua recuperação econômica. Nós, não. Fazemos o caminho inverso. Falamos em liberdade de negociação como direito e esquecemos a liberdade como poder. É um regresso, de certo modo, aos primórdios da Revolução Industrial, numa situação histórica bem diferente. É um apelo à futura nicaragüização ou peruanização do Brasil.

Como se não bastassem os efeitos sobre as dimensões do mercado interno, o conjunto de medidas baixado pelo Governo no último dia 7 de abril tem algumas intenções nobres, mas

não considera os efeitos diferenciados que terão em múltiplos setores. É mais que correto reduzir o déficit público, mas não adianta filtrar os mosquitos e deixar passar os camelos. É certo preocupar-se com o tamanho e a produtividade da máquina da administração pública. No entanto, o recente "pacote", ao incentivar a aposentadoria precoce e a demissão de funcionários públicos, certamente levará os melhores servidores a deixarem o trabalho. Quem sai, tem para onde ir. Quem fica frequentemente não tem outro lugar a não ser o de funcionário, com baixo salário. Ao saírem os trabalhadores mais qualificados do serviço público, quem treinará os mais jovens e menos dotados de habilitação? Deste modo, estamos também arriscados a lançar fora um parco patrimônio de recursos humanos, penosamente amalhado, que, tendo adquirido treinamento, irá para a iniciativa privada. Como resultado, a administração pública se tornará ainda menos capaz do que hoje.

Aspecto altamente dramático se referir ao ensino. O discutível regime de exclusividade no serviço público desrespeita a liberdade profissional e as normas de acumulação de cargos, constantes da Constituição, e levará sobretudo as universidades a se despovoarem de talentos. Professores capazes, que ganham relativamente pouco no ensino, serão obrigados a deixar o seu trabalho. Alunos povoarão os corredores e pátios, sem aulas, uma vez que novas contratações estão proibidas por recente decreto presidencial. Aqui temos ingredientes de sobra para incentivar a incompetência e a agitação. Como poderá um aluno aprender Direito, Administração, Medicina, Odontologia, somente com professores de dedicação exclusiva, confinados à universidade e impedidos de exercer a sua profissão até como autônomos? Certamente serão dilettantes, distanciados da realidade do mercado de trabalho e cada vez menos capazes de servir à sociedade. Ao ignorar a competência, as recentes medidas governamentais parecem interessadas em dividir o emprego, transformando-o demagogicamente em subemprego: muitos trabalharão, ganhando pouco no serviço público, ao passo que a iniciativa particular saberá pagar bem aos profissionais classificados.

A hora é grave e não se pode improvisar. Pode haver — e com certeza há — boas intenções, mas o dito popular, com sua razão, diz que de boas intenções está calçado o inferno. Esperamos e desejamos que o Governo aja com a sensatez indispensável para vivermos tempos ainda mais tempestuosos que os atuais.

A autora é Professora da UnB. Vice-Presidente do Conselho Mundial de Sociedades de Educação Comparada. É Suplente de Deputado Federal pelo PFL/DF.